



64

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO -**  
**GAECO**

**Ex<sup>mo</sup>. Sr. Dr. Juiz Presidente do I Tribunal do Júri**  
**da comarca da Capital-RJ**

**Processo nº 0158665-29.2011.8.19.0001**  
**Inquérito Policial nº 2.470/2011 - DH**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seu Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - **GAECO**, no uso de suas atribuições legais, vem oferecer **DENÚNCIA** em face de **ILSON LARA DOS SANTOS**, vulgo "**NENZINHO**", nascido em 26/08/1987, RG nº 210971156/IFP, **VAUCLER PEREIRA DE ASSIS**, vulgo "**QUEZINHO**", nascido em 07/02/1978, RG 108129370/IFP e **JOSÉ MARCELO FERNANDES DE ASSIS**, vulgo "**TIGRÃO**", nascido em 07/03/1970, RG nº 87515367/IFP, todos qualificados, respectivamente, às fls. 83, 84 e 85 do Inquérito Policial nº 2.470/2010 - DH, que instrui a presente, pela prática dos seguintes fatos delituosos:

Na madrugada do dia 26 de março de 2010, por volta das 02 horas, na localidade conhecida por Pedrinhas, em Santa Cruz, nesta cidade, os denunciados, em plena comunhão de ações e desígnios entre si e em conluio com outros indivíduos até o momento não identificados, todos integrantes de um grupo paramilitar conhecido como "*milícia*" que atua naquele local, com vontade livre e consciente de matar, deram causa à morte da vítima **RAFAEL BENEDITO ROSA**, empregando meio ainda não devidamente esclarecido, sendo certo que, após consumarem o delito, ocultaram o cadáver da vítima em local ignorado até o momento para assegurar a impunidade do homicídio perpetrado, em típico modo de agir de tal grupo miliciano.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Procuradoria-Geral de Justiça

#### GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO

O crime foi cometido por motivo torpe, não apenas como vingança mas também como meio de demonstração de poder de intimidação coletivo, eis que a vítima, que trabalhava como mototaxista, não quis se submeter às ordens dos denunciados e sua quadrilha no sentido de restringir sua área de atuação laborativa na localidade das Pedrinhas, o que motivou sua morte.

É certo que os denunciados, consciente e voluntariamente, encontravam-se associados a diversos outros elementos ainda não identificados para fins de cometer crimes, já que os mesmos efetivamente integram um grupo paramilitar vulgarmente denominado "*milícia*", que impõe o terror na localidade das Pedrinhas, travestidos de "*justiceiros*", determinando, à margem da lei, quem deve ou não continuar vivo, de acordo com suas próprias convicções e sempre de forma covarde, fazendo valer suas ordens à força, bem como realizando os mais arbitrários mandos e desmandos, chegando ao cúmulo de indicar os locais onde os moradores poderiam ou não freqüentar fora da comunidade, sendo este, como já dito, o fato motivador da morte da vítima, que diante da recusa em aceitar tal imposição, já teria anteriormente sofrido uma "*surra*", conforme se verifica das declarações de **CÁTIA APARECIDA REGINA**, tia de **RAFAEL**, que confirma ter sido vítima também de ameaça por parte dos "*milicianos*", os quais teriam dito para que a mesma não comparecesse à DP e que esquecesse o desaparecimento de **RAFAEL**, dizendo inclusive a outros moradores da localidade que se a família continuasse trazendo muitos problemas, "*não seria somente um corpo desaparecido e sim vários, pois iriam queimar toda a família*".

A quadrilha formada pelos denunciados e seus comparsas entregavam-se à prática dos mais variados delitos, dentre extorsões a moradores e comerciantes ao pagamento de uma suposta "taxa de segurança" sob pena de morte ou expulsão da comunidade, homicídios como aquele narrado acima, ameaças, exploração de serviços de "gatonet" e cobrança de ágio na venda de botijões de gás, objetivando lucro fácil e domínio da base territorial, sendo ainda integrada e apoiada por agentes incumbidos da segurança pública, em especial policiais militares.

Na condição de integrantes da milícia que atua nas Pedrinhas, os denunciados ostentavam a condição de líderes da estrutura delituosa, sem prejuízo da divisão de liderança com outros elementos da quadrilha, e nesta condição tinham o poder de determinar a morte das pessoas que se opunham às determinações do grupo. Nesta



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Procuradoria-Geral de Justiça

### GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO

condição, os denunciados determinaram a morte da vítima Rafael Benedito Rosa, ainda que não tenham pessoalmente executado o delito, apresentando-se como autores intelectuais do crime.

Assim, sendo objetiva e subjetivamente típicas as condutas, inexistindo dirimentes legais, estão os denunciados incurso nas sanções do **Artigo 121, § 2º, Inciso I, Artigo 211 e Artigo 288, Parágrafo Único, todos do Código Penal, na forma do Artigo 29, Artigo 62, I, e Artigo 69 do mesmo Diploma Legal, devendo ser observado os ditames do art. 8º da Lei nº 8072/90 no caso vertente.**

Diante ao exposto, recebida a presente denúncia, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** requer que a **citação** dos réus seja ordenada para, querendo, responderem aos termos desta ação penal, sob pena de revelia, esperando seja oportunamente proferida **sentença de pronúncia**, para que os denunciados sejam, após cumprimento das formalidades legais, **submetidos a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri**, quando será requerida a **condenação**, na forma da lei.

Para deporem sobre os fatos ora narrados, requer ainda a **notificação / requisição** das pessoas abaixo arroladas:

1. Silvia Regina Rosa (*mãe da vítima*) – fls. 15;
2. Carlos Roberto Corrêa – fls. 41;
3. Cátia Aparecida Regina Rosa (*tia da vítima*) – fls. 44 e 62.

Protesta o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, desde já, pelo aditamento objetivo e/ou subjetivo da denúncia, caso tal providência afigure-se necessária no curso da instrução processual, não importando eventual omissão em arquivamento implícito.

Pugna ainda o Ministério Público pela manutenção da prisão preventiva já decretada, uma vez que as razões fáticas e jurídicas que ensejaram sua decretação permanecem presentes, inexistindo alteração de panorama que justifique a revogação da custódia cautelar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO -**  
**GAECO**

Em diligências, pleiteia desde já o Ministério Público a juntada das FACs atualizadas e esclarecidas e as pesquisas SIDIS dos denunciados, oficiando-se à Secretaria de Segurança dando ciência da deflagração da presente ação penal, para as anotações cabíveis.

Rio de Janeiro, 05 outubro de 2011.

**LUIZ ANTONIO CORRÊA AYRES**  
**Promotor de Justiça Titular**  
**GAECO**